

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valores apurados até o bimestre		Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre	
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE		4.154.281	25,00		26,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério c/Ensino Fundamental e Médio		2.155.975	60,00		97,63
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério c/Ensino Infantil e Ensino Fundamental		0	60,00		-
Complementação da União ao FUNDEB		0	-		-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valores apurados até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito			775.498		-54.581
Despesa de Capital Líquida			2.895.831		477.344
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		449.049	848.668	1.496.678	2.458.392
Despesas Previdenciárias		166	22.309	82.071	1.488.321
Resultado Previdenciário		448.882	826.359	1.414.607	970.071
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		2.062.929	762.519	343.044	10.000
Despesas Previdenciárias		3.502.736	5.403.380	5.193.772	3.224.963
Resultado Previdenciário		(1.439.807)	(4.640.862)	(4.850.728)	(3.214.963)
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			Valor apurado até o bimestre		(7.335)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			8.879		422
			1.122		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valores apurados até o bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.372.195	12,00		15,26
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE			
Total das Despesas/RCL (%)					
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 28/Janeiro/2019 e Hora de emissão 13h e 03m.					

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – E.M. Nº 001 / SEFA - Belém (PA), 29 de janeiro de 2019

Excelentíssimo Senhor Governador de Estado,

1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definida por ato próprio de cada Poder ou Órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: da despesa com pessoal, da dívida consolidada, das garantias e contragarantias de valores, das operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido do demonstrativo referente a disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.

3. As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

4. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao 3º quadrimestre de 2018 (setembro a dezembro), período de referência janeiro a dezembro.

Respeitosamente,

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		0												R\$ milhares	
		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
		LIQUIDADAS													
DESPESA COM PESSOAL		Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		783.476	828.355	805.685	846.049	831.647	891.914	853.048	848.620	876.104	1.001.377	909.637	1.734.094	11.210.006	
Pessoal Ativo		554.374	597.747	571.730	604.392	587.285	645.961	605.191	598.931	620.983	746.488	653.219	1.225.709	8.012.010	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		496.615	492.651	491.064	520.945	510.615	552.116	521.107	523.335	528.336	532.689	526.964	1.040.159	6.736.595	
Obrigações Patronais		57.565	104.904	80.468	83.258	76.485	93.658	83.899	75.396	92.468	211.874	126.076	185.375	1.271.427	
Benefícios Previdenciários4		193	192	198	189	186	187	186	200	179	1.925	179	175	3.989	
Pessoal Inativo e Pensionistas		229.102	230.609	233.955	241.656	244.362	245.953	247.856	249.689	255.121	254.889	256.418	508.385	3.197.996	
Aposentadorias, Reserva e Reformas		186.004	187.736	190.087	197.549	199.696	201.546	203.119	204.960	209.824	209.944	211.117	420.779	2.622.361	
Pensões		43.099	42.873	43.868	44.107	44.666	44.407	44.737	44.729	45.297	44.944	45.301	87.607	575.635	
Outros Benefícios Previdenciários														-	
Outras desp.de pessoal decorrentes de contr.de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-											-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		240.395	228.600	142.002	141.812	131.952	120.910	122.878	122.287	122.921	382.108	277.136	311.519	2.344.520	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			40	28	4		17	3	53	72	25	49	(7)	285	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		9.850	5.501	13.970	9.330	9.487	9.321	10.260	9.642	11.038	9.631	24.940	56.286	179.255	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração2		12.161	3.107	2.289	3.061	3.939	839	982	1.299	1.135	129.199	41.785	8.702	208.497	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados3		218.384	219.952	125.715	129.418	118.526	110.732	111.632	111.292	110.677	243.253	210.362	246.539	1.956.482	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		543.081	599.755	663.683	704.237	699.695	771.004	730.170	726.334	753.182	619.269	632.501	1.422.575	8.865.486	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR												% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														18.818.402	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)1														17.962	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)														18.800.439	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)														8.865.486	47,16
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)														9.137.013	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)														8.680.163	46,17
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)														8.223.312	43,74

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data da Emissão 16/Janeiro/2019 e hora de emissão 09h e 32m

Notas:
1Informação disponível no Portal do Tesouro Nacional na internet, na página <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, na opção "6 - Dados Consolidado" no tópico "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais /transfereidas aos Estados"

2Na linha referente a Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), na coluna do mês de maio foi acrescentado o valor de R\$ 2.135.723,98, proveniente de DEA (despesas intraorçamentárias) originadas nos meses de janeiro a abril.

3Na linha referente a Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, na coluna do mês de maio foi deduzido o valor de R\$ 149.662,46, correspondente ao período de janeiro a abril de 2018 devido tratar-se de DEA já computada na linha referente a DEA.

4Na linha referente a Benefícios Previdenciários, na coluna do mês de outubro foi acrescentado o valor de R\$ 1.739.206,45, proveniente de DEA (despesas intraorçamentárias de Salário Família) originada nos meses de janeiro a setembro.

OBS: Por ter ultrapassado o limite prudencial, o Governo do Estado editou e publicou o Decreto Nº 1, de 02/01/2019, que estabeleceu medidas de austeridade para o reequilíbrio fiscal e financeiro, sobretudo a adoção de medidas de contenção e redução de despesas com pessoal do Poder Executivo Estadual, assim como de outras providências visando o equilíbrio nas contas públicas.

Hélio Santos de Oliveira Goes
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado da Fazenda

Iton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Auditor Geral do Estado